

## A DIFICULDADE EM GERAR CAPITAL SOCIAL

### A QUESTÃO DA FALTA DE CONFIANÇA NUMA ALDEIA PORTUGUESA

RENATO MIGUEL DO CARMO

**RESUMO** *Albernoa é o nome de uma aldeia alentejana situada na região do Baixo-Alentejo (Sul de Portugal). Esta se encontra num processo acentuado de despovoamento e de envelhecimento (ao longo das últimas quatro décadas). Essas tendências acompanham o decréscimo ocorrido na actividade agrícola. Ao mesmo tempo identificámos alguns indicadores de dinamismo relacionados com o aumento da mobilidade espacial e do acesso a novos modos de vida urbanos. Contudo, esses novos fenómenos não são suficientemente fortes para poder inverter as tendências regressivas. Internamente a população demonstra uma grande incapacidade em se organizar em torno de projectos mobilizadores que poderiam gerar formas de capital social. Existe um cenário geral de falta de confiança entre os aldeãos.*

**PALAVRAS - CHAVE** *Rural; capital social; desenvolvimento local; Alentejo.*

**ABSTRACT** *Albernoa is a Portuguese village situated in the region of Alentejo (South of Portugal). This village has suffered a progressive ageing, and continuous depopulation. These tendencies occurred simultaneously with the reducing of several agricultural occupations and activities. At the same time we identify some dynamic indicators connected with the increasing of spatial mobility and the adoption of urban habits. However these modern social factors are not strong enough to invert the tendency towards a progressive demographic depression. Internally the population of Albernoa shows a deep difficulty in reinforcing community ties which would allow collective projects – potentially leading to the formation of social capital. The villagers are highly divided in terms of collective trust.*

**KEY WORDS** *Rural; social capital; local development; Alentejo.*

## INTRODUÇÃO

Na segunda metade da década de 70, o sociólogo português Afonso de Barros (1986) caracterizou o sistema latifundiário dominante na região do Alentejo<sup>1</sup> por intermédio de um estudo monográfico realizado em Albernoa.<sup>2</sup> Tal como a maior parte das aldeias alentejanas, de cariz mediterrâneo, naquela época a população de Albernoa trabalhava maioritariamente como assalariada nas herdades envolventes. A ligação a espaços mais urbanos era relativamente residual.

Ao longo dos últimos 30 anos, ocorreram profundas mudanças estruturais nos meios rurais que afectaram decisivamente essa imagem clássica. De facto, em 2003 revisitámos Albernoa<sup>3</sup> e verificámos que a aldeia sofreu consideráveis alterações na estrutura social e nos modos de vida. A população diminuiu, envelheceu e a aldeia tornou-se mais dependente da cidade de Beja. Simultaneamente, Albernoa assistiu a uma efectiva regressão funcional, perdendo um conjunto de serviços.

Tendo em conta esses aspectos, é importante averiguar qual a capacidade associativa da aldeia e se esta é suficientemente consistente para promover formas diversificadas de capital social que contribuam para a mobilização da comunidade em torno de certas iniciativas locais. O objectivo deste texto é saber se uma aldeia que está a perder população e muitas das suas funções tradicionais tem condições sociais e económicas para empreender num tipo de dinâmica associativa que se reflecta no empenhamento da comunidade em tentar inverter a actual tendência regressiva.

Nesse sentido, iremos, num primeiro momento, enquadrar as componentes teóricas do conceito de capital social, seguidamente sintetizaremos quais os factores estruturais mais preponderantes que provocaram a mudança social na aldeia, e, na última parte, abordaremos a vida aldeã, tendo por base a análise de duas iniciativas locais de carácter associativo.

1 Região latifundiária localizada a Sul de Portugal.

2 Aldeia localizada no Baixo Alentejo a 20 km da cidade de Beja (capital de distrito).

3 Os dados apresentados sobre Albernoa resultam da aplicação de um inquérito a mais de metade dos agregados familiares e de entrevistas aprofundadas realizadas a 13 indivíduos.

## CAPITAL SOCIAL

Dois sociólogos estão na origem do conceito de capital social, Pierre Bourdieu (1980) e James Coleman (1990). Embora as suas concepções sejam relativamente distintas, ambos conceberam o capital social como um recurso importante para indivíduos ou grupos relativamente circunscritos, decorrente do nível de interconectividade das relações e redes sociais. Bourdieu (1980) refere especificamente a posse de uma *rede durável de relações de interconhecimento e inter-reconhecimento*. Nesse sentido, o capital social tem por base a persistência temporal das redes que se alimentam por intermédio de relações de reciprocidade assentes na comunhão de determinadas normas e valores. Isto é, os indivíduos interagem segundo a expectativa de que em alguma altura poderão tomar partido (pessoal, social, económico etc.) da sua pertença a essa rede.

Ambos os autores consideram que uma das condições fundamentais do capital social advém da densidade das relações desenvolvidas no seio de um grupo particular. Ou seja, em certa medida o fechamento (*closure*) das relações em torno do grupo geraria as interconexões necessárias para a apropriação de determinada benesse (seja ela a concretização dum projecto, a obtenção de um serviço ou bem, o acesso a certos privilégios etc.).

O capital social pode ser entendido como um valor que resulta das relações de reciprocidade interpessoal, determinadas pelas redes sociais, para a concretização de objectivos mútuos em favor de um conjunto de indivíduos ou de uma comunidade (SHULLER et al., 2000). Como referem Robert Putnam (2000) e Lin Nan (2001), a ideia central da teoria do capital social é que as redes sociais têm valor, na medida em que propiciam contactos que podem afectar o aumento da produtividade e do bem-estar dos indivíduos e dos grupos.

As ligações (ou laços) sociais que se estabelecem entre os indivíduos podem ser caracterizadas em função da sua intensidade.

Mark Granovetter (1973) foi um dos primeiros autores a distinguir os laços fortes dos laços fracos. Os primeiros remetem para círculos sociais nos quais se estabelece um conjunto de relações próximas em termos sociais e de intimidade (como, por exemplo, o grupo de amigos, os vizinhos, os colegas de trabalho, a família etc.). Os segundos são laços mais ténues e esporádicos desenvolvidos com pessoas conhecidas, mas em relação às quais não se empreendem relações de proximidade.<sup>4</sup>

4 Em muitos casos as ligações fracas resultam do facto de os dois conhecidos desenvolverem um laço forte com uma mesma pessoa, aquilo que Granovetter (1973) designa de *local bridge*.

Numa análise sobre mobilidade social, esse autor chamou a atenção para a importância dos laços fracos na obtenção de um emprego, salientando que estes são um capital importante de ascensão social, contribuindo decisivamente para o alcance de determinados objectivos. Nesse sentido, os laços fracos tendem a ser mais heterogéneos que os laços fortes.

Para além das redes sociais, um outro aspecto determinante para o capital social é a *confiança*. A capacidade de gerar conectividade tendo como intuito o alcance de objectivos ou de realizações mútuas tem por base, necessariamente, uma relação de confiança. Segundo Anthony Giddens, a confiança pode ser definida como “[...] segurança na credibilidade de uma pessoa ou na fiabilidade de um sistema, no que diz respeito a um dado conjunto de resultados ou de conhecimentos [...]” (GIDDENS, 1992, p. 26). Sem essa plataforma de segurança não era possível os indivíduos alimentarem relações de reciprocidade, pelo menos a médio ou a longo prazo: as ligações tornar-se-iam efémeras e instáveis, propiciando o individualismo e não a mutualidade.

No entender de Robert Putnam (2000), o capital social pode assumir duas formas distintas: as *exclusivas* (*bonding*) e as *inclusivas* (*bridging*). As primeiras reforçam as identidades sociais e mantêm a homogeneidade entre pessoas que vivem situações similares (familiares, de amizade, de vizinhança etc.), as segundas tendem a atrair indivíduos e grupos de diferentes meios e contextos sociais com as quais não se estabelecem ligações fortes (FIELD, 2003).

A excessiva ênfase atribuída a cada uma dessas modalidades de capital social pode suscitar aspectos negativos. O forte investimento em capital de cariz exclusivista leva ao fechamento social em relação ao exterior, podendo, por isso, causar situações de auto-exclusão. Por outro lado, o excesso de capital social inclusivo, constituído essencialmente por laços fracos e heterogêneos, pode desencadear situações de crise identitária e de carência no nível das relações de intimidade e de proximidade social.

Para Putnam a dinâmica determinada pelo elevado nível de capital social depende, sobretudo, da capacidade associativa das populações. Contudo, determinados autores (EVANS, 1996; HARRISS, 2001; HELLER, 1996; WOOLOCK, 1998) defendem que, para além da existência ou não de uma base associativa consistente, a construção equilibrada de capital social poderá passar pela conexão transversal e vertical de redes sociais entre os cidadãos e um conjunto de organizações públicas e privadas.

Segundo essa óptica, o Estado (e respectivas agências) deverá ser encarado como um elemento central capaz de propiciar o ambiente necessário para a mobilização das acções particulares em torno de projectos mobilizadores e estruturantes. Por intermédio da interdependência público-privado, geram-se formas de sinergia suficientemente duradouras e consistentes para promover as condições necessárias para o desenvolvimento.

Relativamente aos estudos rurais, o conceito de capital social tem sido utilizado enquanto factor que pode contribuir decisivamente para o desenvolvimento local. Nesse âmbito, referem-se as potencialidades resultantes das várias interações que os diversos agentes (internos e/ou externos) podem gerar em diferentes níveis estruturais (micro, meso, macro), como um dos elementos a ter em conta para a dinamização das comunidades (FALK e KILPATRICK, 2000; SVENDSEN e SVENDSEN, 2004; DAVID e MALAVASSI, 2004).

Todavia, alguns autores consideram que a construção de capital social depende, em grande medida, da complementaridade estabelecida entre as políticas e os serviços públicos e a capacidade

das colectividades produzirem suficientes relações de confiança para se mobilizarem em torno de iniciativas locais (LEE et al., 2005).

Principalmente no caso das áreas rurais marginais, que têm uma base e uma rede associativa relativamente débeis, as instituições públicas deverão assumir um papel mediador entre a mera implementação de medidas políticas e a necessidade de envolver os actores locais nas opções a tomar e na aplicação concreta dos projectos (CECCHI, 2003). A noção de *embeddedness* (EVANS, 1996; WOOLOCK, 1998) é a que melhor define essa articulação entre as instituições e agências públicas e a implicação dos actores locais no futuro da sua comunidade.

Segundo Evans (1996), a existência de uma densidade de redes e de elevados índices de confiança em nível micro podem ser importantes, mas, na maior parte dos casos, são insuficientes para produzir novas modalidades de sinergia capazes de mobilizar as comunidades em torno de projectos concretos de desenvolvimento local e regional.<sup>5</sup> Em certo sentido, essa capacidade passa pelo engajamento entre os programas e a acção das instituições públicas e o interesse das associações voluntárias e das organizações privadas.

Ao longo deste texto, iremos ver como uma aldeia, que sofre sérios processos sociodemográficos, enfrenta enormes dificuldades em conseguir mobilizar-se a partir de algumas iniciativas concretas que têm surgido devido à acção isolada de determinados actores ou grupos particulares. A inexistência de políticas públicas que enquadrem esses projectos poderá levar, a prazo, ao definhamento das iniciativas e ao esmorecimento de algumas vontades individuais em inverter o rumo regressivo da comunidade.

## A ALDEIA NUMA ENCRUZILHADA

O sistema tradicional que dominou as estruturas e a vida social do Alentejo até 1974 pode definir-se a partir de duas ideias fortes,

5 Sobre as dificuldades de uma comunidade rural alentejana gerar dinâmicas de capital social, ver Carmo (2007).

apresentadas por dois autores que estudaram pormenorizadamente a região: Orlando Ribeiro e Afonso de Barros. O geógrafo no seu livro mais conhecido, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, apresenta uma imagem do povoamento concentrado do Alentejo, onde “as aldeias foram crescendo, ávidas de terra, afogadas no latifúndio, servindo-o com a sua população de ganhões ou trabalhadores assalariados, que se conta por milhares” (RIBEIRO, 1998, p. 96).

Em termos espaciais as aldeias podiam ser circundadas por pequenas hortas (designadas por courelas e ferragiais), mas, de uma forma geral, pode dizer-se que a área da grande propriedade começava assim que acabava o espaço da aldeia.

A outra imagem define o *latifundismo*<sup>6</sup> como um sistema fortemente hegemónico que não proporcionava alternativas socioeconómicas para a maior parte da população. No entender de Afonso de Barros, este se caracterizava como um “sistema de agricultura fortemente concentrado, de base salarial e de carácter extensivo que se conjugava com a ausência de alternativas fora da agricultura de uma população desprovida de terra ou dispendo de terra insuficiente” (1986, p. 181).

Aliada a essa hegemonia do sector agrícola, tornava-se também manifesta a predominância do assalariamento enquanto estatuto ocupacional da população (BARROS, 1986, p. 206).

Os homens e parte das mulheres que viviam nas aldeias trabalhavam nas herdades próximas e envolventes ao espaço da aldeia. O trabalho agrícola não era permanente para a maior parte dos aldeãos, havendo momentos de grande intensidade laboral (as ceifas, as mondas) e largos meses de inactividade e de desemprego, durante os quais não existiam quaisquer modalidades alternativas de trabalho.

Como bem identificou Afonso de Barros, na década de 70 Albernoa participava desse sistema tradicional no qual os residentes tendiam a viver e a trabalhar na área limítrofe da freguesia. Para além dos percursos pendulares que determinavam o trabalho agrícola, a mobilidade espacial da população era

<sup>6</sup> Conceito utilizado por Barros (1986), Alier (1968) e Sevilla-Guzman (1980).

praticamente nula (poucos eram aqueles que exerciam uma actividade regular na cidade de Beja). Esse quadro se manteve quase intacto até aos primeiros meses de 1974. O único elemento de mudança, face à realidade das décadas anteriores, relaciona-se com o aumento exponencial dos fluxos (e)migratórios que provocaram um despovoamento contínuo da freguesia.

7 A 25 de abril de 1974 deu-se uma revolução política em Portugal que derrubou o sistema ditatorial vigente desde meados dos anos 30.

Nos anos imediatamente posteriores a 1974,<sup>7</sup> a Reforma Agrária desenrolou-se de forma complexa e atribulada, representando uma mudança profunda que abateu os alicerces do latifundismo, levando, nomeadamente, à destituição dos mecanismos coercivos do poder económico, social e simbólico, exercidos pela classe dos grandes proprietários agrícolas.

Passados 30 anos sobre o estudo de Afonso de Barros, regressámos a Albernoa e observámos profundas alterações estruturais que definiremos de forma sucinta. O aspecto mais óbvio tem que ver com o progressivo envelhecimento (actualmente 36% dos residentes têm mais de 65 anos) e o despovoamento da freguesia, que desde 1940 perdeu cerca de 75% da sua população.<sup>8</sup>

8 Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1940 a 2001.

Outro factor de mudança refere-se à contínua perda de serviços, na medida em que, tirando três cafés e outras tantas mercearias (para além do lar de idosos e da escola do 1º ciclo e infantário), a aldeia perdeu um conjunto de serviços, nomeadamente, médico permanente, farmácia, comércio diversificado, alguma indústria, um posto da Guarda Nacional Republicana etc.

O desaparecimento, quase por completo, do trabalho agrícola na população activa de Albernoa representa uma das mudanças mais salientes ocorridas nestas últimas três décadas. Segundo o estudo de Afonso de Barros, em 1974 cerca de 61% dos activos eram trabalhadores agrícolas assalariados; essa percentagem decresce estrondosamente de tal modo que o recenseamento de 1991 só contabiliza 10% de indivíduos pertencentes a essa classe (em 2001 diminui para 6%).<sup>9</sup>

9 Esses valores são comprovados pelo inquérito que aplicámos em 2003.

Essa profunda alteração na estrutura ocupacional tem por base dois processos fundamentais: por um lado, a modernização

e a mecanização da agricultura que tornou prescindível a maior parte do trabalho assalariado, por outro, o facto da maioria da população não possuir propriedade agrícola inviabilizou a prática generalizada da agricultura familiar e a articulação com outras actividades não-agrícolas (situação que é dominante em algumas zonas de minifúndio).

Esses dois factores conjugados retiraram, quase por completo, a população do exercício da actividade agrícola. Actualmente a vida activa é estruturada por um fenómeno que constitui o outro grande factor de mudança e de dinamismo social: o aumento exponencial da mobilidade espacial. A procura de trabalho não-agrícola fora do espaço aldeão e as necessidades de consumo, que advêm da adesão aos novos modos de vida urbanos, são os aspectos preponderantes que contribuem para o aumento das deslocações pendulares estabelecidas entre a aldeia e a cidade de Beja.

A maior parte da população activa trabalha fora da freguesia, segundo os dados do inquérito aplicado em 2003, a proporção de pessoas a exercer uma actividade exterior é de 58%. Cerca de sensivelmente um terço dos activos trabalham na cidade de Beja e 26% noutras localidades.

Por outro lado, a regularidade de deslocações a Beja, por razões de consumo e/ou de procura de determinados serviços, é relativamente intensa: 57% dos inquiridos deslocam-se com alguma regularidade (pelo menos algumas vezes por mês) aos supermercados de Beja, nos quais fazem grande parte das compras para a casa, com a mesma regularidade, cerca de 48% frequentam os bancos, 48%, as farmácias e 44%, o centro de saúde.

Os números apresentados demonstram que o processo de despovoamento e de perda de algumas funções da aldeia é contemporâneo da intensificação dos níveis de urbanização e de dinamização socioeconómica (principalmente no nível do sector terciário) verificados na cidade de Beja. Na verdade, esta oferece uma diversidade de serviços, que não se encontram na maior parte das áreas rurais e, por isso, atraem um conjunto cada vez mais alargado de pessoas residentes nas aldeias.

Essas mudanças profundas representam uma efectiva *ruptura* em relação ao sistema tradicional, designado de *latifundismo* por Afonso de Barros. Nesse sistema a aldeia encontrava-se relativamente fechada à cidade e imune à vida urbana. As pessoas residiam na aldeia e trabalhavam nas explorações agrícolas das redondezas e poucos eram aqueles que se deslocavam regularmente à cidade. Em contrapartida, constituía-se uma forte interdependência entre a aldeia e os campos, na medida em que não só grande parte dos trabalhadores agrícolas eram recrutados na aldeia, como o próprio sistema latifundiário dependia do trabalho assalariado para manter os seus mecanismos de exploração e de opressão.

Esse sistema definhou totalmente e foi substituído por outro que se pode caracterizar de forma inversa ao anterior. Isto é, actualmente a aldeia tende a abrir-se à cidade – tornando-se cada vez mais dependente desta, em termos socioeconómicos e culturais – e fechar-se aos campos, pelo facto destes já não necessitarem de mão-de-obra assalariada em tão larga escala como antigamente.

Como vemos, a aldeia sofreu um conjunto de alterações profundas, transformando-se num espaço mais complexo no qual confluem processos distintos e contraditórios. De facto, apesar do contínuo envelhecimento, desenvolvem-se dinâmicas de cariz urbano que se manifestam não só na estrutura ocupacional, como nos modos de vida aldeãos.

A abertura ao exterior, nomeadamente à cidade, provocou uma alteração nos modos de vida relacionada pela adesão regular a hábitos de consumo de bens e de serviços massificados. Assim, embora a aldeia sofra uma regressão demográfica continuada, a população de Albernoa vive um conjunto de experiências diversificadas que variam em função de algumas características sociológicas.

A mais saliente relaciona-se com a diferença entre gerações, na medida em que os factores de modernidade tendem a penetrar no espaço e na vida aldeã, principalmente, por intermédio das

pessoas em idade activa. Os mais idosos não estão completamente arredados desses processos, mas encontram-se numa situação desvantajosa em relação à capacidade de mobilidade espacial.

Como se depreende, os factores de modernidade, característicos da vida urbana, não penetram uniformemente na estrutura e no quotidiano da aldeia. Estes são diferentemente apropriados e ganham diversos sentidos que, por vezes, se opõem. Desse modo, identificam-se distintas dinâmicas na aldeia que não só contrariam a evolução linear da estrutura demográfica (que caminha para um acentuado envelhecimento), como contribuem para a complexificação das práticas sociais.

A abertura da aldeia ao exterior não significa, por si só, uma adesão homogénea aos elementos essenciais que compõem a vida moderna e urbana. Por exemplo, em relação à divisão dos papéis sexuais no interior da aldeia, o homem continua a assumir uma postura mais pública e exterior, enquanto a mulher tende a circunscrever-se aos espaços mais recatados.<sup>10</sup> De facto, no caso das mulheres, constata-se, em termos gerais, uma menor diversidade das práticas de mobilidade e de sociabilidade, quando comparadas com respectivo escalão etário da população masculina. Por sua vez, estas tendem a confinar e a direccionar as suas relações para espaços específicos: a casa (da própria ou das vizinhas), as mercearias. Por sua vez, o homem continua a dominar a apropriação de outros locais como é o caso dos cafés, que ainda detêm uma conotação fortemente masculina. Assim, apesar de a aldeia não deter muitos espaços de lazer, estes tendem a sofrer uma apropriação diferenciadora em termos das características sociais da população que os frequenta.

Nesse sentido, a dinâmica de urbanização não pode ser entendida como um fenómeno hegemónico e unilateral. Pelo contrário, ela comporta uma multidimensionalidade de factores e de relações a partir dos quais os vários actores (grupos e indivíduos) tendem a enquadrar diferentes práticas e posicionamentos sociais.

<sup>10</sup> Tradicionalmente estabelecia-se uma forte divisão de papéis que se manifestava nos diferentes modos de viver a espacialidade nas aldeias. Estes resultavam, em grande medida, da aplicação e da contínua reconstrução de um código de *honra-vergonha* (PITT-RIVERS, 1971), que na maior parte das sociedades rurais tradicionais, principalmente em zonas mediterrâneas, “[...] tem representado uma forma de dominação dos grupos sociais mais providos e, em especial, dos homens desses grupos sobre as respectivas mulheres” (SILVA, 2003, p. 69). Embora, nos dias de hoje, essa situação já não seja tão vinculada, ainda persistem alguns elementos de divisão de género no que diz respeito aos diversos modos de sociabilizar na aldeia.

Assim, se, por um lado, Albernoa assiste à erosão do sistema tradicional rural e, por isso, não resiste à penetração das estruturas e modos de vida urbanos, por outro, a mesma aldeia contempla certas práticas quotidianas que reconstróem factores tradicionais, e outras ainda que reformulam as representações e os modos de vida rurais e urbanos. Por esse motivo, estamos perante um determinado mundo rural que deve ser entendido, acima de tudo, como um espaço relacional que se define em função de aspectos dinâmicos e, por vezes, contraditórios.

## A VIDA ASSOCIATIVA

A participação cívica é uma das modalidades mais importantes de capital social (PUTNAM, 1993, 2000). Dentro das várias formas de participação, considera-se a vida associativa um dos aspectos representativos da dinâmica e da coesão social de uma comunidade. Em Albernoa existem cerca de cinco organizações de carácter associativo.<sup>11</sup> Tendo em conta a quantidade de residentes, podemos dizer que o número de associações demonstra, à primeira vista, algum dinamismo.

11 Os dois centros de convívio (masculino e feminino), o clube de futebol, a associação de jovens e a Casa do Povo.

No entanto, por intermédio dos dados do inquérito, verificamos que só em praticamente um terço dos agregados (37%) encontrámos elementos que são sócios de uma ou mais associações. Nos 145 agregados inquiridos, identificamos 74 pessoas; destas, 74% são sócios de associações/organizações localizadas em Albernoa. O clube e os centros de convívio são aqueles que recrutam mais associados.

O fraco nível de associativismo e de participação foi salientado pelas pessoas que fazem (ou fizeram) parte das direcções de algumas dessas organizações. Segundo os seus testemunhos, essa falta de envolvimento reflecte o estado de apatia e de desligamento por parte dos residentes em relação à vida social da comunidade.

Contudo, nos últimos anos assistiram-se a uma série de iniciativas no sentido de revitalizar associações já existentes ou de propor novos espaços de lazer e sociabilidade. A dinamização do

clube de futebol e a inauguração do centro de convívio feminino são os exemplos mais importantes. Iremos, por isso, debruçar-nos sobre esses dois projectos, de modo a entender as causas dos relativos insucessos, no entender dos dirigentes entrevistados.

O clube de futebol O Alvernoense encontrava-se numa situação de quase inactividade e em 2001 um grupo de pessoas formou uma lista com o objectivo não só de revitalizar a actividade desportiva do clube, como de desenvolver um projecto que pudesse envolver toda a freguesia através da dinamização de um conjunto diversificado de actividades. A ideia era transformar o clube numa colectividade que aliasse a área desportiva ao reforço da componente cultural.<sup>12</sup> Para concretizar os objectivos propostos, era necessário empreender esforços para adquirir algum equipamento fundamental para a prática desportiva e expandir as actuais instalações do clube.<sup>13</sup>

Relativamente ao primeiro requisito, a direcção conseguiu reunir um orçamento suficiente para adquirir, entre outras coisas, uma carrinha e equipamento desportivo para as equipas de futebol. Relativamente ao segundo, foi proposto à Junta de Freguesia e à direcção da Casa do Povo a doação das instalações dessa última organização ao clube, com o intuito desse poder dinamizar um espaço que se encontra praticamente desactivado.<sup>14</sup>

Durante o mandato a presente direcção<sup>15</sup> sofreu a demissão do presidente, devido a desentendimentos pessoais com os restantes dirigentes, o que levou a uma certa estagnação em relação à concretização do projecto inicial. No entanto, este ainda está de pé, apesar do anterior e do actual presidentes considerarem que o projecto não mobilizou a população como estariam inicialmente à espera. Os investimentos realizados e os melhores resultados obtidos pelas equipas de futebol acabaram por não ser factores suficientes para envolver as pessoas e dinamizarem mais a aldeia.<sup>16</sup>

Na óptica do actual<sup>17</sup> e do anterior presidente do clube, um dos motivos que levam à reduzida participação tem a ver com a falta de confiança:

12 Assim se previa dinamizar na parte desportiva o futebol juvenil e sénior e o tiro ao alvo, e na parte cultural formar um grupo de teatro infantil e um grupo coral.

13 Este está sediado no edifício do antigo posto da GNR.

14 Foi pedido um parecer ao Ministério Público com o intuito de activar os respectivos procedimentos legais.

15 O mandato estendia-se até junho de 2003.

16 Um indicador em relação a essa falta de participação é o número de sócios (63), que não sofreu aumento significativo.

17 Na altura em que foi entrevistado: março de 2003.

P – Mas por que é que acha que as pessoas não se associam?

R – As pessoas não se associam porque, se calhar, perderam um pouco a confiança, ou seja, há 10 ou 12 anos o clube foi fundado, mas parou, estagnou, deixou de haver direcção, deixou de haver reuniões, deixou de haver projectos, então as pessoas estão um bocado descrentes (presidente do clube, 42 anos).

P – Mas acha que as pessoas andam desmotivadas, já não acreditam muito nesses projectos?

R – É “pá”! Eu posso-lhe dizer isto, em termos do clube desportivo tomámos posse em setembro de 2001, organizámos, juntámos troféus, fizemos actas, precisámos de um espaço para reunir, para deixar de ser no café, arranjei o mobiliário aqui num armazém que a Câmara tinha e tal [...], conseguimos pôr aquilo mais ou menos funcional, vamos arranjar uma campanha de sócios, vamos incentivar e arranjar uma campanha de sócios. Houve muitas respostas, muitas respostas que era do género [...], é “pá”, avancem lá que depois [...], primeiro queriam ver para crer (anterior presidente do clube, 45 anos).

A confiança é um requisito imprescindível para se gerar algum capital social que desencadeie a associação das pessoas de maneira a envolverem-se em torno de um projecto comum. Esse caso ilustra bem a dificuldade que algumas comunidades têm em dinamizar projectos socioculturais que possam inverter a tendência de alheamento em relação à vida colectiva. Em parte essa situação se deve ao despovoamento e ao envelhecimento populacional, que necessariamente reduzem a capacidade de iniciativa, e ao acentuado processo de dependência em relação à cidade, que potencia a procura de espaços de lazer e de sociabilidade exteriores à aldeia.

Contudo, quando questionados sobre as causas que sustentam a falta de confiança, os entrevistados salientam o divisionismo reinante na aldeia. A desconfiança em face dos eventuais ganhos particulares de quem assume o protagonismo de dirigir uma

associação é um dos aspectos referidos pelos entrevistados. Segundo estes, essa falta de confiança só se resolve por intermédio de uma liderança forte que consiga demonstrar e convencer as pessoas dos intuitos bem intencionados dos dirigentes. Assim, através do exemplo pessoal é possível construir uma plataforma de confiança que leve as pessoas a mobilizarem-se em torno de um projecto comum.

Acho que o problema que há em Albernoa é falta de liderança, acho que um dos grandes problemas é falta de liderança, as pessoas até fazem, precisam de alguém que encabece projectos, que abra o peito, que vá para a frente, que os incentive e eu acho que consegui isso, acho que nesses 14 meses eu mais ou menos consegui fazer isso ali em Albernoa, portanto, uma boa relação com as pessoas, consegui motivá-las e tal [...], muitas vezes não é o fazer, porque, se a gente disser vamos fazer isto, até se consegue ir fazer, mas tem que haver alguém que puxe, é o mal que ali vejo (anterior presidente do clube, 45 anos).

A formação do centro de convívio feminino teve por base a constituição de uma associação composta a partir de nove mulheres que em 1995 concretizaram a ideia de criar um espaço de lazer vocacionado, principalmente, para as mulheres reformadas da aldeia. O centro já conheceu vários espaços, mas actualmente, à semelhança do que acontece com o clube, está sediado nas antigas instalações do posto da GNR. O espaço foi razoavelmente remodelado de modo a acolher um salão de chá e uma sala onde se desenvolvem um conjunto de actividades de lazer: costura, jogos etc. Os produtos gerados por essas actividades, principalmente pela costura, têm sido apresentados e vendidos na Feira do Idoso, que se realiza todos os anos em meados de junho.<sup>18</sup>

Entrevistámos a presidente e a secretária da associação, tendo ambas focado a questão da perda de dinamismo do centro resultante, principalmente, de dois factores: o desentendimento entre as associadas e o aparecimento de outros espaços de sociabilidade.

18 Esse evento é organizado pela autarquia e envolve também as restantes freguesias rurais do concelho de Beja.

De facto, a ideia de salão de chá nasceu de uma necessidade manifesta de espaços de convívio na aldeia, pois, anteriormente, existia apenas um café em Albernoa. Com a abertura de mais dois cafés (um dos quais designado de pastelaria), o salão de chá perdeu clientela.

Por outro lado, geraram-se algumas divisões entre as responsáveis da associação, motivadas essencialmente por questões relacionadas com o dinheiro obtido pela venda dos produtos de costura. Outro factor de divisão tem sido a incapacidade de manter o salão de chá aberto por razões de falta de disponibilidade.<sup>19</sup>

<sup>19</sup> Durante o inverno de 2003, o salão de chá encontrava-se fechado.

Como podemos depreender por intermédio desses dois exemplos, nestes últimos anos concretizaram-se na freguesia um conjunto de iniciativas de carácter associativo, o que denota uma certa capacidade da comunidade aldeã gerar algum capital social. De facto, para além do clube e dos centros de convívio investiu-se na abertura de novos espaços de sociabilidade, como os cafés.

No entanto, actualmente esses projectos padecem de um certo imobilismo que se deve, entre outros factores, ao divisionismo e à demonstração de alguma falta de confiança. Como vimos, quer no caso do clube quer no centro de convívio feminino a questão da confiança teve como resultado o desentendimento entre os vários intervenientes e a consequente incapacidade de mobilizar a comunidade.

Como foi referido, o capital social assume duas formas distintas: *bonding* (capital exclusivo) e *bridging* (capital inclusivo). Tendo em conta os dados recolhidos, é possível enquadrá-las no modo como se organizam as dinâmicas e as interacções internas e externas da comunidade aldeã. Começando pelo último tipo de capital, que caracteriza a constituição de ligações e de redes sociais exteriores à comunidade, podemos dizer que a aldeia se abriu a outros espaços, com especial ênfase à cidade de Beja, detendo por isso todas as condições para gerar novas formas de capital social.

Contudo, a análise demonstrou que as relações desenvolvidas com a cidade são principalmente de carácter utilitário e

instrumental, com destaque para as relações burocráticas e de consumo. Por seu turno, as relações de sociabilidade tendem a ser mais esporádicas e afectam sobretudo os homens em idade activa e as gerações mais jovens.

Desse modo, podemos dizer que o capital social de tipo inclusivo é pouco dinamizado pela maior parte das pessoas que estabelecem uma relação regular com Beja. Por outro lado, o pouco capital que é gerado circunscreve-se a alguns grupos sociais (nomeadamente, os homens e os mais jovens) que não demonstram grande capacidade ou vontade de, no interior da comunidade, estabelecer pontes com outros grupos (as mulheres ou os mais idosos), de modo a gerar novas modalidades de participação cívica.

As redes sociais que se constituem no interior da aldeia formam uma espécie de “circuitos paralelos” entre grupos e espaços diferenciados. Esses circuitos de sociabilidade dificilmente se cruzam e se interrelacionam. Na verdade, identificamos uma forte divisão entre diferentes realidades sociais, de tal maneira que coexistem na mesma aldeia “mundos” muito distintos, determinados por um conjunto de factores sociológicos (as gerações, os papéis e as relações de género, a mobilidade espacial etc.).

Esses diferentes mundos geram uma fragmentação das redes sociais, revertendo-se na generalização da divisão social e da desconfiança<sup>20</sup> que, como salientámos, representam os maiores obstáculos à formação de capital social. Nesse sentido, o capital social de cariz exclusivo (*bonding*) não só é incapaz de rendibilizar as ligações estabelecidas com o exterior, como atrofia as iniciativas sociais que detêm objectivos mobilizadores e aglutinadores. Ou seja, se, por um lado, o capital inclusivo é canalizado para certos circuitos fechados (espaços restritos e sociabilidades específicas), por outro, o capital de tipo exclusivo fragmenta-se nesses mesmos circuitos, impedindo a partilha de valores e de acções conjuntas.

20 Essa divisão se aprofunda quando confrontada com os diferentes interesses políticos e filiações partidárias.

## CONCLUSÃO

Quando se questiona sobre o futuro de Albernoa, a maior parte dos aldeões não vislumbra qualquer inversão profunda relativamente às tendências identificadas no presente. Isto é, segundo estes, o sintoma de desertificação demográfica tende a agravar-se nos próximos anos. O cenário mais provável é o de uma aldeia sem jovens e com uma população ainda mais envelhecida. Cerca de 76% dos inquiridos prevêem que a maior parte dos actuais jovens residentes na freguesia irão, no futuro, sair da aldeia e só 4% entende que Albernoa poderá atrair população jovem oriunda do exterior.

No que diz respeito ao futuro da economia local, o horizonte traçado é muito negativo. Na verdade, há uma enorme dificuldade em referir as potencialidades de desenvolvimento concretas que poderiam possibilitar a inversão da situação presente. Desse modo, 61% dos inquiridos consideram que a oferta de emprego local irá diminuir em todos os sectores de actividade. Só praticamente um terço da população prevê um aumento de postos de trabalho locais em certos domínios, dos quais se destaca o turismo.

O futuro de Albernoa é incerto, a aldeia encontra-se numa encruzilhada para a qual confluem processos contraditórios. Por um lado, é manifesto o seu envelhecimento acentuado e o elevado nível de regressão demográfica, mas, por outro, depreende-se algum dinamismo socio-económico provocado essencialmente pela abertura ao meio urbano. Dessa complexidade resulta, em parte, uma separação vincada entre diferentes “mundos” sociais. A mais determinante é a que distingue a situação dos jovens e dos activos, que se movem regularmente entre a aldeia e a cidade, da realidade dos idosos e inactivos, que correspondem à maioria da população e tendem a acantonar-se no espaço aldeão. Salientam-se também outras fronteiras, algumas de carácter relativamente tradicional, nomeadamente, aquela que separa o “mundo” dos homens mais propenso para a sociabilidade em espaços públicos e semipúblicos e o das mulheres mais confinado aos domínios do lar.

Numa aldeia com essas características, é muito reduzida a possibilidade de se gerarem formas dinâmicas de capital social capazes de congregarem os aldeões em torno de projectos associativos comuns.

A perda contínua de população e a divisão interna entre os vários grupos sociais são factores determinantes para impossibilitar o sucesso de algumas iniciativas locais. Nesse sentido, verificámos que a componente associativa não é suficiente para desencadear a mobilização da comunidade. Na verdade, Albernoa até detém um número razoável de associações voluntárias. O problema advém da dificuldade em criar um ambiente de confiança propício ao desenvolvimento dos diversos projectos.

É nessa linha que alguns entrevistados referiram a necessidade de articulação entre as políticas públicas locais, desenvolvidas sobretudo pela autarquia, e a acção mais ou menos particular e individual de certos elementos da aldeia. Ou seja, faria toda a diferença se os agentes públicos tivessem a capacidade de imergir nos verdadeiros dilemas locais, de modo a constituir um conjunto de conexões passíveis de congregar interesses comuns.

O associativismo é uma componente essencial do desenvolvimento rural. Ao longo do nosso estudo sobre Albernoa, vimos como um pequeno clube desportivo pode ter um impacto importante e potencialmente mobilizador. No entanto, iniciativas como esta carecem de apoio público (e também privado) que suporte algumas das condições básicas para o empreendimento de projectos mais amplos e dinamizadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, Juan Martínéz. *La estabilidad del latifundismo*. França: Ruedo Ibérico, 1968.

ALMEIDA, João Ferreira de. *Classes sociais nos campos*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BARROS, Afonso de. *Do latifundismo à reforma agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1986.

- BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 31, p. 2-3, 1980.
- CARMO, Renato Miguel. *De aldeia a subúrbio*. Trinta anos de uma comunidade alentejana. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- CECCHI, Claudio. Public goods and public services: the process of building capital in rural areas. ISSN: Sidea, set. 2003. Disponível em: <[http://w3.uniroma1.it/cecchi/CC\\_SIDEA\\_2003.pdf](http://w3.uniroma1.it/cecchi/CC_SIDEA_2003.pdf)>, 2003.
- CUTILEIRO, José. *Ricos e pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
- COLEMAN, James S. *Foundations of social theory*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1990.
- DAVID, M. Beatriz; MALAVASSI, Laura. Social capital and rural development policies: starting point or finishing point?. In: ATRIA, Raul; SILES, Marcelo (Org.). *Social capital and poverty reduction in Latin America and Caribbean: towards a new paradigm*. Santiago: Eclac – Michigan State University, 2004, p. 421-464.
- EVANS, Peter. Government action, social capital and development: reviewing the evidence of synergy. *World Development*, v. 24, n. 6, p. 1.119-1.132, 1996.
- FALK, Ian; KILPATRICK, Sue. “What is social capital?” A study of interaction in a rural community. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 1, p. 87-110, 2000.
- FIELD, John. *Social capital*. Londres: Routledge, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e identidade*. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1.361-1.380, 1973.
- HALPERN, David. *Social capital*. Cambridge: Polity Press, 2005.
- HARRISS, John. *Depoliticizing development*. The World Bank and social capital. Londres: Anthem Press, 2001.

- HELLER, Patrick. Social capital as a product of class mobilization and state intervention: industrial workers in Kerala, India. *World Development*, v. 24, n. 6, p. 1.055-1.071, 1996.
- LEE, Jo et al. Networking: social capital and identities in European rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 45, n. 4, p. 271-283, 2005.
- McAREAVEY, Ruth. Getting close to the action: the micro-politics of rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 46, n. 2, p. 85-101, 2006.
- MOLENAERS, Nadia. Associations or informal networks? Social capital and local development practices. In: HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind (Ed.). *Generating social capital*. Civil society and institutions in comparative perspective. Nova York: Palgrave MacMillan, 2003, p. 113-132.
- NAN, Lin. *Social capital*. A theory of social structure and action. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. (Org.). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 11-60.
- PORTES, Alejandro. Social capital: its origins and applications in modern sociology. *Annual Review Sociology*, v. 24, p. 1-24, 1998.
- PUTNAM, Robert. *Making democracy work*. Civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- PUTNAM, Robert. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. Nova York: Simon & Schuster, 2000.
- RIBEIRO, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1998.
- SEVILLA-GUZMAN, Eduardo. Reflexiones teóricas sobre el concepto sociológico de latifundio. In: BARROS, Afonso de (Coord.). *A agricultura latifundiaria na Península Ibérica*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1980, p. 29-46.
- SHULLER, Tom et al. Social capital: a review and critique. In: BARON, Stephen; FIELD, John; SCHULLER, Tom (Ed.). *Social capital*. Critical perspectives. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 1-38.

SILVA, Manuel Carlos. Honra-vergonha: código cultural mediterrânico ou forma de controlo de mulheres?. In: PORTELA, José; CALDAS, João Castro (Org.). *Portugal chão*. Oeiras: Celta Editora, 2003, p. 67-86.

SVENDSEN, G. L. H.; SVENDSEN, G. T. *The creation and destruction of social capital*. Entrepreneurship, co-operative movements and institutions. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

VAN DETH, Jan W. Measuring social capital: orthodoxies and continuing controversies. *International Journal of Social Research Methodology*, v. 6, n. 1, p. 79-92, 2003.

WOOLOCK, Michael. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. *Theory and Society*, v. 27, n. 2, p. 151-208, 1998.

---

RENATO MIGUEL DO CARMO é sociólogo, investigador auxiliar do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE), Lisboa – Portugal, <renato.carmo@iscte.pt>.